

EMENTA	
Área temática	II - Investigação policial
Disciplina	6 - Medidas cautelares e meios qualificados de obtenção de prova
Módulo	a - Conceito, previsão legal e oportunidade
Código	II.6.a
<p>Mapa de competências</p> <p>A partir dos conhecimentos aplicados, embasados na relação ensino-aprendizagem, é competência decorrente desse processo a capacidade de compreender as atribuições da Polícia Civil para requisitar medidas cautelares.</p>	
Carga horária recomendada: 20 horas	
<p>Descrição</p> <p>A tutela cautelar exerce função de grande valia no processo, haja vista que impede os efeitos deletérios do tempo sobre o direito e a ineficácia de provimentos jurisdicionais tardios.</p> <p>O processo penal conhece também, ao lado da atividade cognitiva e executória, uma atividade jurisdicional cautelar, com os pressupostos, fins e peculiaridades da tutela cautelar em geral¹.</p> <p>O ordenamento jurídico brasileiro atribui à polícia civil a capacidade de representação junto ao Poder Judiciário, para fins da imposição de determinadas medidas cautelares, se e quando forem necessárias.</p> <p>Não se pode esquecer que são medidas que atingem a esfera individual do paciente e por isso devem ser implementadas obedecendo o limite necessário para não violar quaisquer direitos e garantias individuais além daquilo que se reconhece legítimo para a execução e êxito da medida.</p> <p>Portanto, é essencial para a Polícia Civil do Estado de Goiás, a qualificação dos policiais civis no que tange ao conceito, previsão legal e oportunidade das cautelares, afastamentos de sigilo e outras medidas através de um processo de ensino-aprendizagem no ambiente corporativo.</p>	
<p>Objetivo</p> <p>Criar condições para que o policial civil possa:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ ampliar conhecimentos para compreender a tutela cautelar no processo penal e na investigação policial; ➤ desenvolver e exercitar habilidades para diferenciar as espécies de medidas cautelares, para distinguir entre as medidas de natureza pessoal, patrimonial, assecuratória e probatória ➤ fortalecer atitudes para reconhecer a importância das medidas cautelares como ferramenta da investigação policial. 	
<p>Conteúdo Programático</p> <p>1. A tutela cautelar no processo penal e na investigação policial</p> <p>1.1 Conceito</p>	

¹ MACHADO, A. A. **Curso de Processo Penal**. 4.ed., São Paulo: Atlas, 2012, p.556.

- 1.1.1 Poder geral de cautela no processo penal
- 1.1.2 Bipolaridade das medidas cautelares e rol taxativo
- 1.2 Breve análise da legislação aplicável
2. Espécies de Medidas Cautelares
 - 2.1 Medidas cautelares pessoais
 - 2.2 Medidas cautelares reais, patrimoniais ou assecuratórias
 - 2.3 Medidas cautelares probatórias
3. Princípios informadores das medidas cautelares
 - 3.1 Princípio do contraditório ou da dialeticidade
 - 3.2 Princípio da substitutividade
 - 3.3 Princípio da revogabilidade ou da provisionalidade
 - 3.4 Princípio da proporcionalidade
 - 3.5 Princípio da fungibilidade
 - 3.6 Princípio da taxatividade
 - 3.7 Princípio da temporariedade, temporaneidade ou provisoriedade
 - 3.8 Princípio da jurisdicionalidade
 - 3.9 Princípio da motivação
 - 3.10 Princípio da excepcionalidade
 - 3.11 Princípio da homogeneidade
 - 3.12 Princípio da finalidade ou justificativa
4. Oportunidade das medidas cautelares

Bibliografia indicada

GOMES, L.F.; MARQUES, I. L. **Prisão e Medidas Cautelares. Comentários à Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2ªed. 2011.

Estratégias de ensino e aprendizagem

As estratégias de ensino e aprendizagem estão dispostas na MACPC/GO e devem ser escolhidas pelo facilitador, restringindo-se a métodos e técnicas adequados aos objetivos.

Avaliação de Aprendizagem

A avaliação do aluno seguirá as disposições do Regimento Interno da ESPC. Serão ainda utilizadas avaliações de aprendizagem diagnóstica, formativa e somativa, como forma de aperfeiçoamento do ensino.

Referências Bibliográficas

BRASIL, SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **MATRIZ CURRICULAR NACIONAL para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública/** coordenação: Andréa da Silveira Passos..(et AL). Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014.

GOMES, L.F.; MARQUES, I. L. **Prisão e Medidas Cautelares. Comentários à Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2ªed. 2011.

MACHADO, A. A. **Curso de Processo Penal.** 4.ed., São Paulo: Atlas, 2012